Processo n.º 73/2006

(Recurso Civil)

Data: 8/Março/2007

ASSUNTOS:

- Citação; regularidade da citação - endereço e denominação errados; omissão de advertência e cominação; não uso da língua do citando;
- Carta rogatória para citação; omissão de envio;
- Certificados notariais;
- Violação da Convenção relativa às citações e notificações no estrangeiro;
- Falta de citação de outros réus;
- Documento superveniente

SUMÁRIO:

1. Se não se mostra que a diferença entre *road* e *street* tenha

provocado alguma confusão, tendo a carta sido entregue na morada correcta e indicada a morada conforme documentos produzidos pela própria citanda, não há nulidade de citação.

2. Como não o há se na morada indicada foi suprimida uma palavra no nome da Companhia, tendo a carta sido enviada para a rua correcta e o endereço indicado corresponde à sede da sociedade.

3. O que em termos notariais se assume com fé pública são as percepções do notário e aquilo que ele faz exarar no documento; a veracidade das declarações prestadas perante si é uma realidade que o notário não domina e que já não merecem fé pública.

4. O artigo 245.º, n.º 3, do CPC de 61, não obrigava o autor a requerer a citação por carta rogatória, pelo contrário, estipulava que o autor podia requerer a citação edital no caso de a carta rogatória ter sido recusada.

5. Sobre a pretensa violação da Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial, concluída na Haia, em 15 de Novembro de 1965, estendida a Macau e publicada no Boletim Oficial de 3 de Julho de 1971, por via da Portaria n.º 325/71, de 19 de Junho e publicação do Decreto-Lei n.º 210/71 que aprovou, para ratificação, a Convenção, igualmente ratificada pela China, continuam a valer as dúvidas da sua aplicação para os actos entre Macau e a China, dado o Estatuto Jurídico-Político de Macau que é parte integrante da China e, na altura, se

encontrava sob administração portuguesa.

6. Não admitindo a China, para valer no seu território, a prática de actos de citação por via postal, face à reserva que colocou àquela Convenção, tal acto deve ser visto apenas à luz do Direito Processual vigente em Macau, tendo em vista a produção de efeitos em Macau, luz das normas do Direito Interno.

7. Um documento superveniente só tem a virtualidade de levar a uma revisão de sentença se decididamente conduzir a uma decisão diferente, isto é se for suficiente, por si só, para modificar a decisão.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 73/2006

Data: 8/Março/2007

Recorrente: A Garden Villas Co. Ltd.

(A 花園別墅有限公司)

Recorridos: Companhia de Construção e Investimento Imobiliário B Lda.

(B 地產建築有限公司)

C

D

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A 花園別墅有限公司, A GARDEN VILLAS CO. LTD., na sequência da sentença proferida em sede de recurso de revisão de sentença de fls. 247 a 248v., alegou, em síntese, o seguinte:

1. A Recorrente interpôs, nos termos das alíneas f) e c) do n.º 1 do art. 653º do Cód. Proc. Civil, recurso da Sentença Condenatória, pedindo a revisão da mesma, com os seguintes fundamentos:

(a) falta da sua citação (e, subsidiariamente, a nulidade da sua citação), com a consequente nulidade de todos os actos do processo praticados depois da petição inicial; e

(b) apresentação de documentos novos, não tidos em consideração na Sentença Condenatória;

2. Na douta Sentença recorrida decidiu o Tribunal a quo que:

(a) a Recorrente, demandada nos autos principais foi devidamente citada;

(b) o novo documento apresentado não era suficiente para modificar a decisão expressa na Sentença Condenatória; e

(c) no processo não existe nenhuma prova - aquela produzida apenas pelos autores - de que o Contrato Complementar seja um documento falsificado;

3. Os autos principais correram à revelia, com falta absoluta de intervenção da Recorrente, e faltou a citação da mesma;

4. A carta registada com aviso de recepção, expedida para citação da Recorrente foi devolvida, por ter sido recusada pela sociedade sediada na morada constante do envelope (que não era Recorrente);

5. Na sequência do que o Tribunal ordenou a citação edital da Recorrente;

6. A Recorrente não recebeu a citação pessoal, nem tomou conhecimento da citação edital, nem da acção ordinária na qual foi proferida a Sentença Condenatória;

7. A denominação e sede da Recorrente foram erradamente identificados na p.i., sendo que é notório que os Autores tinham conhecimento dos elementos de identificação

exactos;

8. *Deveria ter sido requerida - e ordenada - a rectificação da denominação da Sociedade Recorrente e a sua citação na morada correcta;*

9. *Os Autores foram os responsáveis pela falta de citação da Ré, ora Recorrente.*

10. *Assim, verifica-se o vício de falta de citação -que não cumpriu a sua função de dar "conhecimento ao réu de que foi proposta contra ele determinada acção" - nulidade arguida na primeira intervenção processual da Recorrente, atempadamente e com legitimidade para o efeito, sendo de qualquer modo um vício de conhecimento oficioso;*

11. *Foi indevidamente empregue a citação edital, pois a citação edital é feita "quando o citado se encontre em parte incerta", o que não era o caso, dado que constava dos autos o endereço correcto e oficial da Ré, que assim se encontrava em parte certa e conhecida;*

12. *Ainda que a carta tivesse sido enviada para a morada correcta e em nome da Ré - o que não sucedeu - mesmo sendo devolvida de Pequim, não deveria ter sido utilizada a citação edital, mas sim carta rogatória Rara citação.*

13. *De modo que, também por este motivo, se empregou indevidamente a citação edital, o que constitui vício de falta de citação:*

14. *Por outro lado, também não foi cumprida a obrigação de traduzir para a língua chinesa a advertência determinada no art. 244.º, n.º 2, do Cód. Proc. Civil (1961);*

15. *A falta da advertência em língua chinesa é equiparada a falta de advertência, de forma que estamos perante uma nulidade da citação pessoal;*

16. *A nulidade da citação pessoal arrasta a nulidade da citação edital, que foi, como se referiu acima, indevidamente empregue, até porque só se pode optar pela modalidade da citação edital quando, sendo conhecida a morada da Ré, a citação pessoal tenha sido tentada na morada correcta, mas sem sucesso - o que não sucedeu.*

17. *A nulidade resultante da falta de citação dos 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.º Réus não pode considerar-se sanada porquanto a Recorrente arguiu aquele vício na sua primeira intervenção dos processo e os demais nunca intervieram no mesmo.*

18. *Foi completamente omitida a (tentativa de) citação das 2.ª e 3.ª Rés;*

19. *Por outro lado, qualquer um dos Réus tem legitimidade para invocar a falta de citação de qualquer um dos demais demandados;*

20. *À data em que a citação deveria ter ocorrido, Macau e a China encontravam-se vinculadas pela Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial, concluída em Haia, em 15 de Novembro de 1965, estendida a Macau e publicada no Boletim Oficial de 3 de Julho de 1971, por via da Portaria n.º 325/71, de 19 de Junho;*

21. *Assim, a citação da Recorrente, deveria ter sido efectivada nos termos ali determinados, o que não ocorreu.*

22. *O Contrato de Cooperação no Desenvolvimento foi determinante para a Sentença Condenatória, por nele se estabelecer a principal obrigação contratual da Recorrente;*

23. *O Tribunal considerou que a Recorrente incumpriu os deveres ali e condenou-a*

(à revelia);

24. Os deveres das partes foram alterados pelo Contrato Suplementar celebrado em 14-12-1995 e nos termos do qual a Recorrente se obriga a construir somente 55% da segunda fase do projecto, ficando a **B** vinculada a construir os restantes 45%;

25. Contrato este que os Autores esconderam do Tribunal;

26. E que o Tribunal a quo considerou não ser suficiente para modificar a Sentença Condenatória;

27. Sucede que a **B** aceitou a existência do Contrato Suplementar.

28. Nos termos do art. 374º do Cód. Civil (1966), a assinatura do 2º autor (**C**) e representante da **B** (v. fls. 12 do apenso A) no Contrato Suplementar considera-se verdadeira;

29. O Contrato Suplementar faz prova plena quanto às declarações atribuídas à **B**, sendo que os factos compreendidos na declaração consideram-se provados - cfr. art. 376º do citado Código;

30. O Contrato Suplementar foi assinado pela **B** e pela Recorrente em 14-12-1995, e revogou parcialmente o Contrato de Investimento no Desenvolvimento, passando a Recorrente a estar obrigada apenas a construir 55% da obra em Beijing;

31. A ora Recorrente cumpriu integral e atempadamente as suas obrigações contratuais, tendo construído os 55% que lhe cabiam da 2.ª fase;

32. A Sentença condenou a Recorrente com base num contrato – entretanto alterado - em que esta se obrigara a construir os 100% da obra;

33. *Se a Recorrente tivesse sido citada, teria tido oportunidade de juntar aos autos principais o Contrato Suplementar e, ainda, e tal como fez a B, de produzir prova adicional;*

34. *O que conduziria à absolvição dos Réus do pedido;*

35. *A Sentença Condenatória teria tido um sentido diametralmente oposto se tivesse sido havido em conta o Contrato Suplementar (cuja existência os Autores omitiram nos autos), pois o Tribunal assentou a sua decisão no pressuposto de a construção da obra ser, toda ela, da responsabilidade da Recorrente.*

36. *A Recorrente não pôde fazer uso no processo em que a decisão foi proferida do documento em questão, uma vez que foi julgada numa situação de revelia absoluta (sem citação pessoal e sem intervenção nos autos);*

37. *A Recorrente entende que o que se alegou e provou no requerimento de interposição do Recurso de Revisão, era suficiente para aferir a importância da falta de citação da ora Recorrente (e de outros Réus) nos autos em que foi proferida a Sentença Condenatória.*

38. *Razão pela qual se entende que, salvo melhor entendimento, a Sentença recorrida violou o disposto nos artigos 194.º, alínea a), e 195.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), art. 196.º, art. 198.º, n.º 1, art. 204.º, n.º 2, do, art. 203.º, n.º 1, art. 228.º, n.º 1 e art. 238º-A, n.º 3 do Cód. Proc. Civil (1961) e art. 653.º, alínea f), do Cód. Proc. Civil.*

A Sentença recorrida violou assim o direito que a Ré, aqui Recorrente, tem de interpor o Recurso de Revisão, e que lhe é conferido pelo art. 653.º do Cód. Proc. Civil.

Termos em que entende que deve:

(a) ser revogada a Sentença recorrida;

(b) ser declarada a falta de citação da Ré ora Recorrente ou, subsidiariamente, se o Tribunal assim o entender, a nulidade da sua citação; e, conseqüentemente,

(c) ser revogada a Sentença Condenatória proferida nos autos principais, anulados os termos do processo posteriores à petição inicial, e ordenando-se que os Réus não-citados sejam citados para a causa - *cfr.* art. 662.º, corpo e alínea a), do Cód. Proc. Civil.

A não se entender assim, requer, subsidiariamente que, atendendo aos documentos juntos com os n.ºs 4 e 5 com o requerimento de interposição do Recurso de Revisão, seja revogada a Sentença Condenatória e proferida nova decisão, procedendo-se às diligências necessárias para estabelecer o verdadeiro e integral quadro contratual que regula a relação material controvertida o que, salvo melhor opinião, implica a concessão à Recorrente, Ré nos autos principais, de prazo para contestar - dando-se, seguidamente, a cada uma das partes 20 dias para alegar por escrito (*cfr.* art. 662.º, corpo e alínea b), do Cód. Proc. Civil).

A COMPANHIA DE CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO B, Lda., e OUTROS, Autores-Recorridos nos Autos de Recurso de Revisão da sentença, autuados por apenso à Acção Ordinária n.º 210/97 do 5º Juízo do TJB (hoje Proc. CV1-97-0003-CAO), e em que é

Recorrente a Ré A HUA YUAN BIÉSHÙ YOUXIAN GONGSI,

Contra alegam, em síntese:

1ª - a sentença objecto do recurso de revisão foi fixada definitivamente pelo Ac. de 22.Julho.2004 que a fls. 1327-1354 da Acção julgou parcialmente procedente a apelação do Réu E e manteve intocada a condenação dos restantes Réus, tendo ansitado em julgado em 16/12/2004 - cfr. cota de fls.1386;

2ª - todos fundamentos alegados para o recurso de revisão, nomeadamente a matéria de citação quanto a todos os RR, foram invocados na Acção e em recurso da ora recorrente, antes do trânsito da sentença, tendo a matéria sido objecto de Acórdão do TSI de 17/Outubro/2002 que a fls. 975-988v da Acção confirmou o Despacho do Exmo Relator de 11/Jul/2002, fls. 890-898v e que julgou improcedente o recurso por, nomeadamente, a recorrente ter ido à acção e não ter recorrido da sentença atacando-a com esses fundamentos, encontrando-se pois sanados pela sua participação na acção, não sendo pois lícito interpor agora recurso de revisão com os fundamentos já alegados na acção;

3ª – tais alegados vícios, nomeadamente a da citação quanto a todos os Réus, também foram suscitados pelo co-Réu E em recurso de apelação contra a sentença, tendo os mesmos sido julgado definitivamente improcedentes pelo Ac. de 22/Julho/2004, a fls. 1327-1354 da Acção que fixou definitivamente a sentença e transitou em julgado em 16/12/2004 (cfr. cota de fls. 1386) não sendo pois lícito interpôr recurso de revisão com os fundamentos já objecto dos referidos Acórdãos, mormente o acórdão que fixou a versão final da sentença revidenda;

4ª – não é permitido recurso de revisão com fundamentos sobre os quais a acção já se tenha pronunciado, nomeadamente na sentença revidenda e que, no caso, é a sentença na versão resultante do Ac. que julgou a apelação e fixou definitivamente a sentença e sucede que este já se pronunciou quanto á questão, encontrando-nos pois em situação idêntica àquela em que : - Se a decisão revidenda já se tiver pronunciado sobre a excepção de caso julgado, suscitada no processo em que foi proferida, é inadmissível o recurso de revisão com fundamento na violação desse caso julgado” – Acórdão do S.T.J. de Portugal de 01/24/2002, Votado por Unanimidade, in Proc. N.º 01ª4087, e disponível na Internet in <http://www.dgsi.pt/jstj> sob os descritores RECURSO DE REVISÃO e CASO JULGADO;

5ª – Além disso, não é admissível recurso de revisão da sentença com fundamento na alegada falta de citação, por a Ré ora Recorrente, antes da sentença ter transitado em julgado, ter participado na acção durante cerca de 5 anos e ao longo duma tramitação de mais de 1,000 (mil) folhas, e, conseqüentemente, o recurso de revisão não preencher o fundamento ou requisito falta absoluta de intervenção da Ré na acção (art. 653º al. f) do CPC de Macau, correspondente ao art. 771º, al. f) do Cód. Proc. Civil de 1961);

6ª – O recurso de Revisão com esse fundamento é ilegal pois que, além de violar os cit. Art. 653º al. f) do CPC de Macau e art. 771º al. f) do Cód. Proc. Civil de 1961, também ofende caso julgado já que a Recorrente suscitou a questão na acção e em recurso, depois de proferido a sentença mas antes do trânsito, tendo o TSI julgado improcedente o seu recurso com fundamento em que o “caso da falta de citação, tem que ser e apenas pode ser apreciada em sede própria do eventual recurso a caber daquela sentença final para o tribunal ad quem.” (fls. 982 verso da acção e recurso in

cit. Ac. do TSI de 17/02/2002 fls. 975-988 e verso, em recurso da Ré ora Recorrente quanto à matéria de falta de citação aqui também em causa) e que “Com efeito, para se acautelar da sua posição processual, deveria a 1ª Ré interpor recurso da sentença final condenatória com fundamento na falta de citação, e não dirigir o pedido de arguição de nulidade por falta de citação ao Tribunal “a quo” autor da sentença final proferida nos autos principais” (mesmo cit. Acórdão do TSI a fls. 983 da mesma acção).

*7ª – E de igual modo, o recurso não reúne o requisito da “falta absoluta de intervenção da Ré na acção” e ofende caso julgado porque, quanto a essa matéria dos autos, o Ac. do TSI de 22/7/2004 que, a fls. 1327-1354, fixou definitivamente a sentença revidenda, já decidiu a fls. 1351: - “Na verdade, a “questão” em causa, foi já – e nos mesmos termos – colocada pela (1ª) Ré “**A GARDEN COMPANY LIMITED**”, e sobre a mesma recaiu já decisão de indeferimento transitada em julgado; (cfr. o expediente de fls. 259 a 279 e despacho de fls. 414v).”*

“Certo sendo que aí alegada falta de citação não dizia apenas respeito à (1ª)R. BEIJING ...” mas sim a “todos os RR”, e transitado em julgado que está a decisão que não a acolheu, por força do caso julgado que se formou inviável é proceder-se agora a uma reapreciação da questão por parte deste Tribunal, o que não pode deixar de acarretar a sua improcedência.”

8ª – Além disso, mesmo que o recurso fosse admissível (que não é), ele é extemporâneo porque, nos casos em que o recurso de revisão relativo a falta de citação é a admissível, ele tem que ser interposto no prazo é de 60 dias (art. 656º al. b) do CPC de Macau) contados a partir da data em que a recorrente teve conhecimento

do facto, isto é, 60 dias a contar da data em que teve conhecimento da alegada nulidade por alegada falta de citação em processo que tenha corrido à revelia, por falta absoluta de intervenção dela Ré ora Recorrente (e prazo de apenas 30 dias no revogado CPC de 1961).

*9ª – Tal prazo já expirou há vários anos (e portanto ficou sanado o alegado vício e inadmissível e intempestivo o recurso com esse fundamento) dado que a recorrente conheceu o facto em 1998 tal como mostram a contestação de 20/Abril/1998 (reproduzida no Docs. de fls. 760 e segs.) e requerimento de f15/Maio/98 (reproduzido a fls. 772 e segs.), apresentados pela ora Recorrente no Tribunal Superior Popular de Pequim, e nos quais a Recorrente se mostra clara e consciente de todo o teor, nomeadamente os fundamentos, pedido, causa de pedir e consequências práticas jurídicas dos presentes autos e providência cautelar a ela apensa, levantando a questão de eventual litispendência e pedindo àquele Tribunal a condenação da ora Recorrida Companhia de Construção e Fomento Imobiliário **B Lda**. No cancelamento ou desistência da acção cuja sentença vai atacada pelo presente Recurso de Revisão;*

10ª – tendo a Recorrente vindo aos autos com sentença ainda não transitada, e ali arguido a falta de citação mediante peça de reclamação, mas sem recorrer nem do saneador nem da sentença que cobrem a alegada falta, a alegada nulidade ficou sanada e inexistente o vício, tal como bem julgou já na Acção Principal o já transitado A. do TSI de 22/7/2004 que a fls. 1327-1354 da Acção fixou definitivamente a sentença;

11ª – Porém, nem chegou a haver o vício a sanar ou nulidade de falta de

citação previsto no art. 194º al. a) do CPC de 1961 “acto completamente omitido”(sic) porque o acto foi tentado por via postal registado no endereço fornecido pela recorrente e co-Réus através dos documentos (fls. 782-785, 788 e 792-796 da acção) referidos pela decisão que indeferiu o recurso de revisão e hoje aqui sob recurso; porque chegou efectivamente à Ré e seu endereço (tal como se vê dos docs. reproduzidos a fls. 748-749 da acção); e só não se consumou porque esta devolveu a carta (mas não os duplicados da p.i.) e, naturalmente, sem assinar o respectivo aviso de recepção. E além disso, todos os RR foram citados editalmente sem que os termos e conteúdo desta ofereçam duvidas;

12ª – Também não existiu o vício da al. b) do mesmo preceito de “Quando tenha havido erro de identidade do citado” (sic) porque que o preceito fala de erro de identidade do citado e não erro de identidade do citando. Ou seja, para se verificar este vicio não basta que se tenha tentado citar terceira pessoa; é necessário que tenha sido citada efectivamente essoutra terceira pessoa e não o Réu. E também não foi o caso, não se vê citada nos autos qualquer pessoa diferente dos Réus

13ª – e também não existe erro de identidade por que este só existe quando se cita efectivamente terceiro pessoa e não o Réu e que não foi o caso:

“1 – O erro de identidade, fonte de falta de citação, apenas ocorre quando em vez de se citar o próprio Réu, se cita pessoa diferente. II – Não integra esse erro a circunstância da citação ter sido dirigida ao próprio Réu, identificado com o nome que realmente tem, omitindo-se embora o seu último apelido.” – Ac. do STJ de Portugal de 04/11/1993 Proc. 084058 e disponível na Internet in <http://www.dgsi.pt/jstj> sob os descritores Falta de Citação, Erro de Identidade,

Formalidades Essenciais.

14ª – também não houve errada indicação de endereço para citação pois este pois está de acordo com o que consta dos registos comerciais, quer de Macau quer de Pequim, quer com o atestado pelos Correios de Pequim, quer com o que nos foi fornecido pela recorrente e co-Réus em vários documentos juntos à Acção e seus Apensos, nomeadamente os vários documentos indicados no art. 85º destas alegações :

15ª – também não houve uso indevido de citação edital [art. 195º, n.º 1 al. c] já que, quanto à única Ré sem domicílio em Macau, a tentativa de citação em Pequim foi feita na morada correcta e, por isso, a recusa da Ré em assinar o aviso de recepção e de ficar com a carta, não podem ser obviadas por outra forma que não seja a de ser dada por citada na data em que foi interpelada (o que não foi caso. Não foi dada por citada) mas, à cautela e para mais garantido ficar a citação e ainda por aplicação analógica do art. 245º, n.º 3 do CPC, cabe empregar a citação edital como efectivamente foi feita.

16ª – também não existiu vício na citação quanto aos restantes RR (e mesmo que existisse, encontrar-se-ia sanada nos termo dos supra citados e já transitados Ac do TSI de 17/02/2002 fls. 975-988 e verso da acção, em recurso da Ré ora Recorrente para apreciação oficiosa da nulidade quanto a todos os RR, e Ac. do TSI de 22/7/2004, a fls. 1327-1354 da acção, em recurso de ex-Réu E) porque se trata de pessoas colectivas de Macau e representantes legais das mesmas, com domicílio legal e obrigatoriamente em Macau, na mesma morada da sede de ambas que vem indicada no mandado de fls. 68 da Acção e sucede que a certidão negativa de fls. 69 da Acção

mostra que todos eles (com exceção da ora Recorrente) foram ali procurados pelo oficial para citação mas que os mesmos não foram encontrados, nem eram ali conhecidos e as instalações encontravam-se encerradas e, além disso, os informes policiais de fls. 614, 619 e segs. e 621 e 622 do apenso da Providencia Cautelar mostram que também as policiais não lograram obter o seu paradeiro nem no domicilio nem em qualquer outro local;

17ª – Também não há lugar a citação por via consular nem carta rogatória não só porque a via legal é a que foi usada de carta registada com AR (cfr. Ac. do STJ de Portugal, então tribunal máximo sobre a jurisdição de Macau) mas também porque, tal como bem decidiu a decisão que indeferiu o recurso de revisão e aqui recorrida, Pequim não se situa nem nunca situou no estrangeiro mas sim no mesmo país a que Macau pertence e sempre pertenceu.

18ª – É certo que durante muito tempo o direito português considerou Macau como território pertencente a Portugal (como terra portuguesa igual a Lisboa ou qualquer outra) e considerava a China como estrangeiro quer em relação a Portugal quer em relação a Macau mas a China nunca teve essa a interpretação, nem no seu direito constitucional nem no direito ordinário, e, por isso, não o pode colher a pretensão de carta rogatória em país estrangeiro, muito menos agora que se encontra definitivamente afastado aquele direito constitucional português e implantado o direito constitucional hoje vigente em Macau (o chinês). Macau e Pequim pertencem ao mesmo país – a China;

19ª – E mesmo no direito português, os Tratados entre a China e Portugal (os tratados do Séc. XIX e a Declaração Conjunta do Séc. XX) nunca reconheceram a

soberania portuguesa em Macau mas apenas a ocupação e administração. E os tratados do Séc. XIX estipulavam que Portugal não podia decidir do destino de Macau a não ser de acordo com o poder decisório da China, em clara manifestação da soberania chinesa embora sobre território chinês ocupado por Portugal;

20ª – No direito internacional, também no anos 70, quando Portugal, no Comité de Descolonização da ONU, pretendeu incluir Macau na lista dos territórios coloniais Portugueses a descolonizar, a RPC não permitiu tal qualificação e pretensão. Mais : afirmou claramente que Macau era China e a China é que decidia do seu futuro e não Portugal nem a ONU.

21ª – Porque Macau nunca foi estrangeiro em relação a Pequim e muito menos o é agora no direito constitucional actualmente vigente (o chinês), não pode haver lugar a carta rogatória nem a aplicação da Convenção invocada pelo Recorrente já que Pequim, repete-se, não se situa em país estrangeiro mas sim no mesmo país que Macau, RAZÃO PELA QUAL (face a isso, face á recusa da carta e face ao resultado negativo dos informes policiais) andaram bem os AA em requerer e o juiz em ordenar a citação edital;

22ª – também não se prova a existência da preterição de qualquer outra formalidade, nomeadamente a falta de advertência na língua do local de destino dado que a tradução foi efectivamente remetida sem que haja prova da sua omissão e ainda porque à data das tentativas de citação por via postal não era obrigatória tal advertência na língua de destino (cfr. Ac. do STJ transcrito no art. 131 destas contra-alegações, proferido a 10/3/1977; BMJ, 265º-175, cit. In CPC Anotado de Abílio Neto, 4ª Ed.) e, por outro lado, os autos mostram citação edital feita em

português e chinês;

23ª – Quanto à parte do recurso de revisão da sentença com fundamento em forjamento ou falsidade, não existe o forjamento ou falsidade alegado e, além disso, o recurso de revisão com fundamento em documento forjado só é admissível se tal alegada falsidade ou forjamento estiver reconhecido por sentença já transitada em julgado (art. 653º al. b) do CPC de Macau, correspondente ao art. 771º al. b) do Cód. Proc. Civil de 1961);

24ª – porque nunca foi proferida nenhuma sentença de falsidade, nem sequer nunca foi instaurado nenhum processo de falsidade (nem acção penal, nem acção cível nem sequer incidente de falsidade), não se encontra preenchido o requisito ou fundamento de documento falso ou forjado previsto na lei (documento com falsidade reconhecida por sentença transitada em julgado) e, por isso, deve o recurso improceder liminarmente quanto a esta matéria, sem mais trâmites;

25ª – além disso, se fosse admissível o recurso com esse fundamento (que não é), e atento o prazo legal para recorrer (60 dias no art. 656º, al. a do CPC de Macau e 30 dias no art. 772º do CPC de 1961) o recurso seria manifestamente intempestivo por a recorrente conhecer a matéria pelo menos desde 1998 dado que a contestação de 20/Abril/1998 (reproduzida no Docs. de fls. 760 segs.) e requerimento de 15/Maio/98 (reproduzido a fls. 772 e segs.), apresentados pela ora Recorrente no Tribunal Superior Popular de Pequim, mostram que a Recorrente estava clara e consciente de todo o teor, nomeadamente os fundamentos, pedido, causa de pedir e consequências práticas jurídicas dos presentes autos e providência cautelar a ela apensa, e até levantou a questão de eventual litispendência e pedindo àquele Tribunal

a condenação da ora Recorrida Companhia de Construção e Fomento Imobiliário B Lda. No cancelamento ou desistência da acção cuja sentença vai atacada pelo presente Recurso de Revisão;

26ª – quanto ao recurso com fundamento na alegada existência de documento que seja “suficiente, por si só, para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte vencida” (art. 653º al. c) do CPC de Macau, correspondente ao art. 771º, al. c) do CPC de 1961), a decisão que indeferiu o recurso de revisão e aqui recorrida também deve ser mantida dado que o alegado documento não preenche o cit. requisito do art. 653º al. c) do CPC de Macau (não é suficiente, por si só, para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte vencida) pois que:

a) – é um manuscrito que se refere apenas aos bens e direitos de Pequim e não aos bens e direitos de Macau objecto da restituição decretada pela sentença revidenda;

b) – é um papel de mensagens de Hotel que pretende assinado pelo ex-Réu E e recorrido F sem que mostre poderes para obrigar a Recorrente e restantes recorridos, sem quer seja superveniente e sem que corresponda à verdade (pois, além do mais, é impossível ser de 2 datas e tem datas anteriores à sentença e já foi invocado na acção quer pela Recorrente quer pelo ex-Réu E);

c) – não é documento autêntico (nem sequer documento particular autenticado) e, por isso, não pode legalmente ter valor superior à sentença e prova documental e testemunhal produzida nem para, por si só, a modificar nem alterar em sentido nenhum;

d) – nem diz qual é a parte concreta da sentença que é contrariada pelo documento que ora apresenta;

e) – nem diz qual é o preceito legal (nem existe) que dá a esse papel de mensagens de hotel mais força probatória do que a força da prova produzida em julgamento e, pior ainda, força superior à da própria sentença de que a apresentante nem sequer recorreu tal como lhe competia e como bem decidiram o cit. Despacho do Exmo Relator do TSI de 11/Jul/2002, a fls. 890-898v da Acção e o Ac. de 17/10/2002 que a fls. 975-988v da Acção confirmou esse despacho.

27ª – Além disso, não é verdadeiro e foi expressamente impugnado no art. 46 e segs. da resposta ao pedido de revisão como “falso” o documento, não tendo pois sentido a alegação de que os recorridos aceitaram qualquer veracidade do documento, seja ela qual for a parte do documento;

28ª – E também não pode ser verdadeiro porque, se o fosse, existisse e estabelecesse efectivamente obrigações diferentes das do contrato apreciado na acção (como alega mas se contestou), é evidente que a recorrente, quando apresentou em 1998 a sua contestação em Beijing (fls. 761 e segs. da acção), nunca podia ter alegado, como alegou, que a acção e restituição pedida e decretada pela sentença revidenda violava o contrato de 12/9/94 (o junto a fls. 85-96 da Providência Apensa, isto é, o contrato dos autos relativo à permuta e obrigação da recorrente construir em Pequim e entregar aos recorridos até 30/Nov/95 sob pena de ser obrigada a restituir aos recorridos os bens de Macau que tinham sido objecto da troca) mas sim teria alegado a existência deste documento a derrogar ou modificar aquele em vez de ter invocado a identidade contratual que invocou.

29ª – além disso, mesmo que fosse verdadeiro (que não é) e preenchesse tal requisito legal de por si só ser suficiente para valer mais que as outras provas e a sentença, haveria intempestividade dado que o art. 656º, al. b) do CPC de Macau diz que o recurso teria que ser interposto no prazo de 60 dias (30 dias no art. 772º al. b) do CPC de 1961) a contar da data em que o obteve ou dele teve conhecimento. Atenta a data de conhecimento alegada pela Recorrente (1995) e datas nele constantes, há intempestividade de cerca de 5 anos.

Nestes termos, pede que se mantenha:

a) – quer a decisão que indeferiu o recurso de revisão da sentença;

b) – quer a sentença, nos precisos termos em que foi definitivamente fixada pelo cita. Ac. do TSI de 22/7/2004, a fls. 1327-1354 da acção.

Foram colhidos os vistos legais.

II- QUESTÕES

As questões que importa apreciar são as seguintes:

- Falta de citação; regularidade da citação - endereço e denominação errados; omissão de advertência e cominação; não uso da

língua do citando;

- Omissão de envio de carta rogatória para citação;
- Violação da Convenção relativa às citações e notificações no estrangeiro;
- Falta de citação de outros réus;
- Relevância do documento alegadamente superveniente (Contrato Suplementar de 14/12/95).

III – FACTOS

Com pertinência, resulta dos autos a factualidade seguinte

A A Garden Villas Co. Ltd. interpõe, no âmbito do recurso extraordinário, o recurso de revisão para este Juízo, com os seguintes fundamentos: Falta de citação da recorrente; invocação de um documento complementar novo, ainda não apreciado na acção.

Anteriormente suscitara na acção ordinária n.º 210/97 do 5º Juízo do TJB (hoje Proc. CV1-97-0003-CAO), e em que é Recorrente a Ré **A HUA YUAN BIÉSHÙ YOUXIAN GONGSI**, a nulidade resultante de falta de citação, que o Mmo juiz, por decisão transitada e confirmada no TSI entendeu não ser de apreciar por esgotado o seu poder jurisdicional, uma vez que fora já proferida a sentença na acção.

Segundo dados dos autos “West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Caixa

Postal n.º XXX” é a sede onde se situa o gabinete da recorrente (vide autos da acção principal, fls. 788).

Além disso, segundo as informações da acção principal, fls. 785, em 1997, havia apenas duas ruas denominadas “Yuanmingyuan ”, sendo uma delas a rua Yuanmingyuan Leste, e a outra, rua Yuanmingyuan Oeste e, na acção principal, para enviar a citação feita pelo Tribunal à recorrente, o endereço do destinatário escrito no envelope da respectiva correspondência indica a rua situada ao lado Oeste do Yuanmingyuan, com o correcto código postal.

Do documento constante a fls. 474 dos autos da acção principal, resulta que o pessoal dos Correios enviou oportunamente a correspondência da citação ao sítio da recorrente (A Garden Villas Co. Ltd), documento esse que não foi recebido.

Os réus **E** e **G**, sócios da 1ª Ré, ora recorrente, que intervieram no processo desde o início, não arguíram oportunamente a nulidade.

Dá-se aqui por reproduzido o teor dos documentos juntos aos autos e que adiante se referirão (Documentação constante da acção, providência e anexos apensos)..

IV – FUNDAMENTOS

1. A recorrente coloca a questão, em sede de revisão de sentença, de falta de citação, alegando que não se cumpriram as formalidades necessárias à citação pessoal, desde logo, porque a A.. não deu a sua morada correcta em Pequim.

Os autos nos quais foi proferida a sentença recorrida iniciaram-se com a apresentação da petição inicial em 18-9-1997, na qual a ora recorrente figura como Ré, na sequência de uma providência cautelar (cujos autos estão apensos aos da acção principal) intentada previamente, em 28-7-1997 (na qual se juntaram documentos vários, para que remete a própria p.i. na acção principal).

Alega que esta acção correu à sua revelia, com falta absoluta de intervenção da Ré, ora Recorrente, e que faltou a citação da mesma.

2. Mas antes de conhecer desta questão importa saber se, tal como pretendem os recorridos, ela já foi conhecida pelo Tribunal.

Sustentam os recorridos *C.^a B Lda* e outros que esta matéria, da alegada falta da citação (bem como a dos restantes fundamentos), já foi invocada pela ora recorrente na acção principal, bem como pelo ex-Réu *E* e toda ela foi julgada improcedente quer em 1^a instância quer no Tribunal de Segunda Instância por Ac. do TSI de 22/7/2004, em recurso do ex-co-Réu *E*, e Ac. do TSI de 17/02/2002 em recurso da Ré, ora Recorrente.

Ao que a recorrente *A Garden Villas* contrapõe que não desconhece a decisão proferida neste Tribunal, no aludido processo Civil e Laboral n.º 71/2004, só que, por ter sido proferida sentença e estar esgotado o poder jurisdicional, não apreciou a falta de citação arguida na

1ª intervenção da ora recorrente, sendo entendimento seu que a decisão que transitou em julgado foi apenas a de não apreciação da nulidade invocada por se entender estar esgotado o poder jurisdicional.

2.1. Mas parece que, na verdade, a questão da falta de citação foi oportunamente colocada, apreciada e transitou em julgado. Atentemos na parte pertinente do acórdão 71/2004, de 22/7/2004:

Temos para nós não ser de acolher o entendimento apresentado pelo recorrente, não se nos mostrando necessárias grandes elaborações para o demonstrar.

Na verdade, a "questão" em causa, foi já - e nos mesmos termos - colocada pela (1ª) R. "A GARDEN COMPANY LIMITED", e sobre a mesma recaiu já decisão de indeferimento transitada em julgado; (cfr. o expediente de fls. 259 a 279 e o despacho de fls. 414-v).

Certo sendo que a aí alegada falta de citação não dizia apenas respeito à (1ª) R. "A ..." mas sim a "todos os R.R.", e transitado em julgado que está a decisão que não a acolheu, por força do caso julgado que se formou inviável é proceder-se agora a uma reapreciação da questão por parte deste Tribunal, o que não pode deixar de acarretar a sua improcedência.

Todavia, ainda que assim não se entenda - o que não cremos - outro motivo existe para que se considere a referida questão improcedente.

Como claramente se estatui no art. 196º do C.P.C., "Se o réu ou o Ministério

Público intervier no processo sem arguir logo a falta da sua citação, considera-se sanada a nulidade".

Na situação em apreciação, o R. ora recorrente, após designada estar a data para o julgamento, constituiu mandatário judicial, o qual juntou procuração aos autos, chegando mesmo a ter intervenção na audiência de julgamento e alegado por escrito, nos termos do art. 657º do C.P.C.; (cfr. fls. 96, 99 a 104 e 115 a 120).

Daqui resulta, na verdade, que o primeiro fundamento do indeferimento do recurso foi o facto de estar esgotado o poder jurisdicional do juiz e nesse sentido tem razão a recorrente enquanto diz que a questão sobre a alegada falta de citação não foi apreciada directamente. E não foi também no acórdão do TSI n.º 14/2002, de 17/10/2002. Mas como se alcança da 2º parte acima transcrita, no que ao *então R. recorrente* respeitava, tomou-se posição sobre a invocada nulidade, ao dizer-se que essa pretensa nulidade se mostrava sanada por não arguida tempestivamente ao abrigo do artigo 196º do CPC.

2.2. E se é certo que a Sociedade Ré, ora recorrente, intervinha nos autos pela primeira vez, tendo sido citada editalmente, não é menos certo que os sócios da mesma *E* e *G*, demandados até na acção como Presidente Geral e Vice Presidente Geral da Ré, ora recorrente, tiveram activa participação nos autos, não podendo desconhecer que aquela sociedade fora demandada nos mesmos autos e fora citada editalmente.

Mas, não obstante esse conhecimento, reconhece-se que uma coisa é a citação da Ré - que até pode ser feita na pessoa de qualquer dos seus representantes - e outra é a citação da própria Ré. Donde se admita que o presente recurso de revisão não está precludido por conhecimento anterior desta questão que foi oportunamente arguida, conforme dispõe o citado artigo 196º do CPC61, então aplicável.

Nem sequer se vai aqui levantar uma outra questão de natureza processual e que se prende com a necessidade de arguição da pretensa nulidade de falta de citação em termos de recurso ordinário, estando o recurso de revisão vocacionado para situações excepcionais de superveniência do conhecimento de uma condenação à revelia.

Este entendimento tê-lo-á tido o Mmo Juiz a quo que não viu obstáculo à interposição do presente recurso de revisão, tal como se entende não constituir obstáculo o facto de a Sociedade ora recorrente não ter interposto da sentença final por falta da sua citação, já que no prazo legal interpôs o presente recurso de revisão.

2.3. Assim se entra na análise da questão do mérito do recurso relativa à alegada falta de nulidade.

Trata-se de uma questão que foi desde logo colocada na petição de recurso e que foi debatida na acção, tendo vindo o Mmo Juiz a quo a entender não haver irregularidade relevante que viciasse a citação.

Pretende a recorrente que o recorrido fornecera ao Tribunal um errado endereço da sede da pessoa colectiva da recorrente em *Beijing*: “*West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Caixa Postal n.º XXX*”, enquanto o correcto nome da rua é “*Yuanmingyuan West Street*”, ao que se acrescenta que o recorrido não escreveu o referido em chinês, de forma que considera que a recorrente não pôde receber a respectiva citação.

Os Autores identificaram a Ré na p.i., atribuindo-lhe o endereço da sede como sendo em Beijing, República Popular da China, “*West Yuanmingyuan Road, Haidian District*”.

O facto de haver algumas semelhanças nos endereços não os torna iguais: “*Road*” e “*West Street*” são realidades diferentes.

2.4. Sobre isto foi elaborado o seguinte na sentença recorrida:

“Considero que, na petição inicial o recorrido afirmou que a sede da pessoa colectiva do recorrente estava em Beijing, “*West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Caixa Postal n.º XXX*”, e segundo os dados constantes dos autos, esta sede é justamente o gabinete da recorrente (vide autos da acção principal, fls. 788).

Além disso, segundo as informações da acção principal, fls. 785, em 1997, havia apenas duas ruas denominadas “*Yuanmingyuan* ”, sendo uma delas a rua *Yuanmingyuan Leste*, e a outra, rua *Yuanmingyuan Oeste* e, na acção principal, para enviar a citação feita pelo Tribunal à recorrente, o endereço do destinatário escrito no envelope da respectiva correspondência indica a rua situada ao lado Oeste do

Yuanmingyuan, com o correcto código postal, de forma que considero ser a sede indicada pelo recorrido a sede da pessoa colectiva da recorrente.

Quanto à alegação do recorrido de que, ao fornecer o referido endereço, o recorrido não o escreveu em chinês, considero que isso não constitui nenhuma questão, pois embora o uso do idioma chinês seja generalizado na China, a escrita do Pinyin de Putonghua (mandarim) também é aceita.”

2.5. Somos a acompanhar este entendimento, considerando-se que as razões aduzidas estão suficientemente rebatidas na argumentação expendida, tanto mais que a morada usada aparece em vários documentos juntos à Acção e seus Apensos, nomeadamente, o "*business card*" de fls. 788, referido pelo juiz recorrido e fornecido pelo co-Réu **H** como membro da recorrente, mostra o endereço escrito em chinês e inglês como sendo 中國北京市海澱區圓明園西路 *West Yuan Ming Yuan Road*. E o endereço postal 郵編 XXX, *Beijing*.

Também a fls. 27 da mesma Providência, no Certificado de Tradução e Certificado Notarial de fls. 25 e segs. (relativo à reunião de 15/10/1994 em que a aqui recorrente e co-réus **E**, **G** e **H** deliberaram criar a co-Ré **I** a recorrente fez constar que a reunião ocorreu “na sua sede situada em “*Yuan Ming Yuan West Yuan Ming Yuan Road, Haidian District, Beijing*”.

Também na escritura pública que deu cumprimento a tal

deliberação, isto é, a escritura de constituição dessa co-Ré *I*, junta a fls. 48 da Providência Cautelar Apensa aos autos (instaurada como preliminar da acção e é onde constam a maioria dos documentos da acção e apensos), a aqui recorrente *A* declarou nessa escritura que tinha sua “*sede em Beijing, República Popular da China, West Yuan Ming Yuan Road, Haidian District.*”

Igualmente no Registo Comercial de Macau, a fls. 59 da mesma Providência apensa à Acção Declarativa, a mesma recorrente e restantes sócios fizeram constar da matrícula da sociedade por eles criada (a co-Ré *I*) e certidão da Conservatória do Registo Comercial de Macau que o endereço da recorrente, nos termos exactamente seguintes “*com sede em Beijing, República Popular da China, West Yuan Ming Yuan Road, Haidian District.*”

São tantos os exemplos de referências àquela morada, mesmo em documentos da própria recorrente, que sinceramente não se percebe o sentido da alegação invocada: o registo comercial de investimento de fls. 788 e 791 e segs. da Acção; o documento de fls. 748 e segs. da acção; mapa de fls. 775 e segs. da acção, de todos se vendo que o endereço é exactamente o que consta do documento de fls. 788, isto é, *West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Beijing, Cód. Postal XXX, RPC, ou, em chinês, 中國北京市海澱區圓明園西路, 郵編 XXX.*

Também o certificado toponímico de fls. 782/785 da acção, mencionado pela decisão recorrida, mostra bem que na zona de *Haidian*

apenas existiam 2 artérias com o nome de *Yuanmingyuan*: uma *圓明園東路 EAST YuanMingYuan Road* e outra *圓明園西路 WEST YuanMingYuan Road* ou, em chinês romanizado o oficial ou *PinYi, YuanMingYuan Xilu*, donde se conclui que falar de *WEST Yuanmingyuan street* ou *Road* só pode querer significar a única artéria *YUANMINGYUAN* existente com esse nome *WEST (西)*, pouco importando se *路* traduz *road* ou *street*.

Resulta dos documentos fls. 788 e 791 e segs., bem como do mapa de fls. 775-779 da acção que a sede da recorrente se situa em *中國北京市海澱區圓明園西路郵編 XXX* ou, em inglês, *West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Beijing, C. Postal XXX, RPC*, isto é, o endereço utilizado pela carta de citação e constante do "*business card*" de fls. 788 referido pela decisão aqui recorrida e que na zona geográfica de *YuanMingYuan* e referida zona Postal da Ré (*You Bian XXX*) não existe qualquer artéria com o nome *West Street 西街*, isto é, não existe *Yuanmingyuan West Street 圓明園西街*.

Tendo sido o envelope de fls. 71 da acção declarativa sido enviado efectivamente para esse endereço *West Yuanmingyuan Road, Haidian District, Beijing, Cód. Postal XXX, RPC*, não se tem por cometida qualquer irregularidade.(cfr. doc. dos Correios de Pequim, junto a fls. 748 e segs. da acção).

2.6. Por tudo isto, não se mostra que a diferença entre *road* e *street* tenha provocado alguma confusão, tanto assim que a carta foi

entregue na morada correcta, tendo sido, em todo o caso, indicada a morada conforme inúmeros documentos por si produzidos, mais se afigurando ter sido a citanda que a não quis receber.

3.1. Invoca ainda que a carta não trazia a sua firma completa, faltando a palavra *Villas*.

E porque o nome da Companhia não estava correcto, tal facto viciou a citação, não tendo a carta sido recebida pela citanda.

A sociedade sediada no endereço constante da carta de citação - A 房地產開發有限公司, em inglês, *A Real Estate Development Company, Limited* – tem uma denominação parecida com a da Ré naqueles autos, ora Recorrente, pois ambas têm em comum "A" (A) e "*Company, Limited*" (有限公司), diferenciando-se na medida em que a parte restante da denominação da Recorrente é "*Garden Villas*" ("Pit Soi") (花園別墅), e a da sociedade que recusou a carta é "*Real Estate Development*" (房地產開發) - sendo, aliás, notória a diferença entre as denominações chinesas.

A confirmar o aludido Certificado dos Serviços Postais, a ora Recorrente juntou aos presentes autos, como doc. n.º 3, uma Declaração, reconhecida por Notário Público de Pequim, datada de 30 de Março último, da autoria da A 房地產開發有限公司, em inglês, *A Real Estate Development Company, Limited*, sociedade que está sediada na morada (errada) para onde foram enviadas as carta de citação do Tribunal, onde se

afirma inequivocamente que *"os três ofícios enviados, através dos Correios de Macau, a coberto dos registos n.º R1512834, R1512835 e R1618883, que nos foram feitos chegar, foram devolvidos aos Correios, por não sermos a empresa a quem os ofícios estavam dirigidos"*.

3.2. Ora, perante esta argumentação, não se compreende que a mera supressão de uma palavra no nome da Companhia, tendo a carta sido enviada para a rua correcta (como se viu, a irrelevância da diferença entre *estrada* e *rua*, o demais circunstancialismo concreto, verificando-se que aquele endereço corresponde à sede da sociedade "*West Yuan Ming Yuan Road*"), não se afigura como susceptível de causar confusão.

Quanto ao facto de no próprio envelope se atestar que a carta foi recusada pela sociedade "*Real Estate*" e não pela Ré, ora recorrente fica-se sem se perceber como é que podia ser aquela empresa a receber a carta se o código postal é completamente diferente, ou seja, a referida A 房地產開發有限公司(A *Fang Di Chā Kai Fa You Xian Gong Si* ou, na tradução para inglês, *A Real Estate Development Co, Ltd*, não tem o endereço Postal n.º XXX. Não se vendo como é possível confundir *ER HE KAI*, n.º XXX, com *WEST YUANMING YUAN Road*.

3.3. Somos ainda aqui a ratificar a posição do Mmo Juiz *a quo* sobre esta questão, ao dizer:

A recorrente afirmou que o seu nome correcto é “*A Garden Villas Co. Ltd*”, em vez de “*A Garden Company Limited*”.

Considero que, apesar do referido vício do nome da companhia do recorrente escrito no envelope da citação, isso não demonstrava que a recorrente não pudesse receber a citação.

Dados constantes dos autos da acção principal revelam que, apesar da falta da palavra “*Villas*” no nome escrito no envelope da correspondência de citação, a conduta do recorrente de recusar-se a receber a citação alegando a falta de pormenores do destinatário não leva a provar a falta da citação.

Do documento constante a fls. 474 dos autos da acção principal,, vê-se que o pessoal dos correios enviou oportunamente a correspondência da citação ao sítio da recorrente (*A Garden Villas Co. Ltd*), mas a recorrente recusou-se a recebê-la.

Sobre a entrega da carta pelo pessoal dos correios, a falta de detalhes do nome do destinatário não impediu-o de entregar a carta ao sítio da recorrente, mas pelo contrário, foi a recorrente que rejeitou-se a recebê-la a pretexto do vício no nome do destinatário escrito no envelope da carta. Dessa forma, considero que não se verifica uma situação da falta de citação estipulada no Código de Processo Civil.

3.4. Pode dizer-se que este entendimento não dá resposta ao conteúdo dos documentos, nomeadamente os certificados notariais, v.g. doc. n.º 3 apresentado sob o n.º 3. Sobre isto, como já se disse é muito estranho que a carta possa ter ido para uma C.^a com elementos tão

completamente diferentes. Depois, temos a restante comprovação documental acima aludida e que desmente tal prova. Finalmente, o certificado notarial não se mostra decisivo. O que em termos notariais se assume com fé pública são as percepções do notário e aquilo que ele faz exarar no documento; a veracidade das declarações prestadas perante si é uma realidade que o notário não domina e que já não merecem fé pública. Não se põe em causa que a dita C.^a tenha dito que devolveu as cartas; se as recebeu ou devolveu é outra coisa completamente diferente.

3.5. Perante tudo isto, aliado ainda ao facto de se demonstrar que a recorrente tinha conhecimento da presente acção - cfr. a acção apresentada no Tribunal Superior Popular de Pequim, (fls. 761-769 e. 772-774 da acção) -, a própria intervenção dos gerentes na acção, ainda que não decisiva, como já se disse, e a análise de toda a documentação, tudo faz crer que a acção não correu de facto à revelia da recorrente.

Como se justifica que a recorrente, em 20/4/98, muito antes de proferida a sentença na acção, aluda à acção contra si proposta no Tribunal de Macau em 4/8/1997 (cfr. art. 1º)?

Que outra justificação não houvesse está aqui a prova claríssima de que a acção não correu à revelia (não no sentido jurídico-processual estrito) da recorrente e deste facto não se podem deixar de retirar as necessárias consequências. É que se não têm que ver com a caducidade do direito da recorrente em pedir o recurso de revisão

por excedido o prazo de 60 dias a que alude o artigo 656º do CPC, já que o facto de ter conhecimento de que contra si corria uma acção em Macau tal não significa que tenha havido uma citação regular, de qualquer forma, a credibilidade da alegação da recorrente não deixa de sair profundamente abalada no que respeita à situação de revelia e no mais alegado no sentido da sustentação dessa posição processual, inquinando seriamente a sua versão.

4.1. Em todo o caso não se deixou de proceder à citação edital.

Sobre esta citação, a recorrente alega que, não se tendo conseguido citar a sua própria pessoa, o Tribunal não pode passar imediatamente à citação edital, mas sim, antes desta, devia recorrer a uma rogatória para a citação.

4.2. Dir-se-á, desde já, a propósito desta questão, que terá havido uma citação por carta que não deixou, em termos substanciais, e nos termos vistos, de ser regular.

Pretende-se que se tivesse usado a carta rogatória. Ora, nos termos do artigo 176.º, n.º 2, do Código de Processo Civil de 1961, emprega-se a carta rogatória quando o acto judicial seja solicitado a uma autoridade estrangeira, e porque a China não era estrangeiro em relação a

Macau - não importa aqui querelar sobre a história das relações luso-chinesas e sobre a questão de Macau nesse relacionamento -, parece inatacável, pelo menos formalmente, o argumento usado na sentença recorrida para a inaplicabilidade da rogatória.

Reconhece-se, todavia, que, sob a Administração portuguesa, os Tribunais, de quando em vez recorriam a essa forma de citação, mas bem se sabe do inêxito dessas tentativas e daí o recurso a esta forma de citação edital. Talvez, exactamente por a China não reconhecer Macau como estrangeiro e daí não se considera vinculada à Convenção por si ratificada na âmbito da Conferência da Haia sobre os actos de citação e notificação no estrangeiro.

Em todo o caso, o artigo 245.º, n.º 3 do CPC de 61, não obriga o autor a requerer a citação por carta rogatória, pelo contrário, estipulava que o autor podia requerer a citação edital no caso de a carta rogatória ter sido recusada.

Entende-se no entanto que tal procedimento se terá traduzido num mais em relação à citação anteriormente feita e ao conhecimento que a recorrente seguramente não deixou de ter em relação à acção que em Macau corria os seus termos.

4.3. E no que à pretensa violação da Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro de Actos Judiciais e Extrajudiciais

em Matérias Civil e Comercial, concluída na Haia, em 15 de Novembro de 1965, estendida a Macau e publicada no Boletim Oficial de 3 de Julho de 1971, por via da Portaria n.º 325/71, de 19 de Junho e publicação do Decreto-Lei n.º 210/71 que aprovou, para ratificação, a Convenção, igualmente ratificada pela China, continuam a valer as dúvidas da sua aplicação para os actos entre Macau e a China.

Mas ainda que assim se não entendesse, sempre se dirá que não houve violação da Convenção.

Se Portugal não fez qualquer reserva ao artigo 10º da convenção que na sua alínea a) prevê “*se o Estado destinatário nada declarar, a presente Convenção não obsta à faculdade de remeter directamente, por via postal, actos judiciais às pessoas que se encontrem no estrangeiro*”, já a China levantou a reserva do seguinte teor “*to oppose the service of documents in the territory of the People's Republic of China by the methods provided by Article 10 of the Convention*”¹.

Daqui resulta que não admitindo a China, para valer no seu território, a prática de actos por tais meios (via postal), face à reserva que colocou, a citação a que se procedeu deve ser vista apenas à luz do Direito Processual vigente em Macau, tendo em vista a produção de efeitos em Macau, apenas à luz das normas do Direito Interno.

¹ - Cfr. site oficial da HCCH -Hague Conference on Private Law, http://www.hcch.net/index_en.php

5.1. A recorrente também alega que, ao ordenar a citação da recorrente, o Tribunal não lhe forneceu a versão chinesa da advertência ao citando, o que impediu a recorrente de tomar conhecimento das cominações da falta da contestação.

Diz que despacho de fls. 64 dos autos de acção ordinária, que ordenou a citação da Ré, ora recorrente, não determina (certamente por mero lapso) a tradução para a língua chinesa da advertência a que se referem os artigos 238º-A, n.º 2, 242.º, n.º 1 e 244.º, n.º 2 do Cód. Proc. Civil (1961), estipulando este último expressamente que *"Na carta declarar-se-á que fica o destinatário citado para os termos da acção a que se refere o duplicado junto e indicar-se-á o juízo ou a vara e secção em que o processo corre, o termo do prazo até ao qual pode ser oferecida a defesa e que é marcado com a dilação fixada segundo as regras do artigo 180.º, e a cominação a que fica sujeito na falta de defesa"*.

5.2. A primeira constatação que se faz é a de alguma estranheza porquanto a recorrente vem dizer que não foi citada ao mesmo tempo que diz que a citação não trazia as devidas advertências em chinês.

Claro que se observa de fls. 71 que a nota de citação enviada e que se encontra dentro do envelope está apenas redigida em português.

Contra alegam os recorridos que a recorrente não faz prova do que afirma. Que na altura já se usavam, por norma, ainda que não

obrigatórias, as duas línguas no Tribunal, tudo apontando para que tenha sido enviado uma outra nota em chinês, não estranhando que ali se não encontre, pois que teria sido retirada tal como aconteceu com o duplicado da p.i.

Ora, se a recorrente recebeu a carta e ficou impedida de contestar por desconhecer o que devia fazer e em que prazo, por desconhecimento da língua, tal facto não releva por não haver à data obrigatoriedade do envio da citação na língua do citando. Basta pensar na dificuldade do uso de uma qualquer língua local do citando, cabendo a este o ónus de saber do conteúdo de uma carta de uma entidade oficial que não lhe era familiar. Em termos de garantias não se põe em causa que a tradução na língua do citando não deva ser uma regra. Mas convém até não esquecer que a própria Convenção, acima citada, o não impõe prevendo apenas que a Autoridade Central do Estado requerido poderá, se assim o entender, solicitar a tradução do pedido numa das línguas oficiais do país requerido.

6.1. A recorrente alega que, na acção principal, os outros 5 réus não foram citados, considerando que tal nulidade constitui uma nulidade que o tribunal deve conhecer oficiosamente ou uma nulidade arguida não pelos próprios interessados.

Antes de mais diga-se que a falta de citação gera uma nulidade processual que é de conhecimento oficioso, mas na própria acção

ou até em sede de recurso ordinário. Tratando-se de um recurso de revisão e dadas as razões justificativas da própria revisão não se percebe bem como é que apenas um dos réus recorrente pode invocar a falta de citação de outros réus que não se socorreram de tal meio para impugnar a decisão recorrida, parecendo que a própria natureza excepcional do recurso da revisão obsta à oficiosidade de tal conhecimento.

Nesse sentido aponta a própria redacção do artigo 653º, e) do CPC.

6.2. Em todo o caso valem aqui as razões do Mmo Juiz recorrido:

“Considero que em primeiro lugar, tentou-se citar os outros 5 réus da acção principal por meio de citação pessoal, mas, como a citação pessoal não teve êxito, passou-se a citá-los através da citação edital.

Na notificação da falta de citação, constante dos autos fls.69 da acção principal, como não se conseguiu citar os réus, não é preciso esclarecer se a recorrente, como pessoa singular, está a ser citada como ela própria ou na qualidade de representante da pessoa colectiva.

Por outro lado, os réus **E** e **G**, que intervieram no processo desde o início, não arguíram oportunamente a nulidade, de forma que, nos termos do artigo 196 do Código de Processo Civil, considera-se de há muito sanada a nulidade mesmo que ela exista.”

6.3. Na verdade, seria necessário forçar demais a interpretação a dar à certidão negativa de fls 69, face ao mandado de fls 68, para entender que não foram feitas diligências sobre alguns dos réus ou rés. O uso da palavra *Companhia* no singular tem de ser entendido com referência àquele mandado, em face do qual e para satisfação do qual é emitida a certidão pelo oficial de justiça. Tanto o mandado como a certidão referem o nome de ambas as companhias, não se podendo retirar dali que não foram feitas diligências aos réus singulares apenas porque se diz que são representantes daquelas. Então, se fossem feitas apenas diligências como *representante de* o certo é não se deixariam de apurar as circunstâncias da sociedade representada e, sendo certo que os réus intervieram na acção em nome pessoal, tal significa ou pressupõe que se apuraram as circunstâncias sobre a actividade e *domiciliação* da sociedade.

7.1. Invoca ainda a recorrente que apresentou em Juízo um **documento complementar**, afirmando que a existência de tal documento afectaria o resultado da sentença.

Para tanto, alega que os réus juntaram a fls. 76-79 (tradução a fls. 70-75), 83-84 (tradução a fls. 80-82) e 92-96 (tradução a fls. 85-91) dos autos de providência cautelar, três contratos celebrados no dia 27-9-1994.

Destes três, o mais relevante na regulação da relação jurídica em causa neste processo é o denominado "Contrato de Cooperação no Desenvolvimento", constante de fls. 92-96 (com tradução a fls. 85-91).

O Contrato de fls. 92-96 foi determinante para a Sentença Condenatória, por se estabelecer no seu ponto 6 (1) - último parágrafo de fls. 93 - a principal obrigação contratual da ora Recorrente.

Foi pois por considerar que este dever não foi cumprido que o Tribunal condenou (a revelia) a ora Recorrente.

Sucedem que os deveres das partes foram alterados pelo Contrato Suplementar celebrado no ano seguinte - em 14 de Dezembro de 1995 - contrato que os Autores esconderam do Tribunal, tendo, assim, "*omitido factos relevantes para a decisão da causa*" (cfr. art. 385.º, n.º 2, alínea b), 2.ª parte, do Cód. Proc. Civil).

Este Contrato - de que juntou cópia como doc. n.º 4 com o requerimento de interposição de Recurso de Revisão - estabelece no seu ponto 1. que a *ora Recorrente se obriga a construir somente 55% da segunda fase do projecto, ficando a B vinculada a construir os restantes 45%*.

7.2. Documento este que o Tribunal a *quo*, pelos argumentos aduzidos de fls. 247 a 248v., não considerou ser suficiente para modificar a Sentença Condenatória.

Aí se procedeu à análise da questão nos seguintes termos:

Segundo o artigo 653.º, al. c), do Código de Processo Civil, só pode ser interposto o recurso de revisão ,“quando se apresente documento de que a parte não tivesse conhecimento ou de que não tivesse podido fazer uso no processo em que a decisão foi proferida, sendo o documento suficiente, por si só, para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte vencida.

De uma análise resulta que o referido documento não passa de um documento manuscrito que não demonstra a situação concreta dos factos em litígio na acção principal, em outras palavras, tal documento, por si só, não modificaria o resultado da respectiva decisão.

Não obstante a singeleza dos termos usados, sob pena de se ser injusto, não se pode dizer que houve superficialidade na análise da questão. Quanto estudo não está, tantas vezes, por trás da formulação de uma síntese. E dessa síntese se alcança que o documento foi analisado na forma e na substância, para se concluir, face às restantes provas, não ser decisivo.

Entendimento que aqui se acompanha.

7.3. A primeira observação que se faz e que afasta os pressupostos da revisão com base na apresentação ulterior do documento resulta do facto relacionado com a superveniência do seu conhecimento. Se se entende, como acima se viu, que houve regularidade na citação da ré, ora recorrente, bem podia ela ter apresentado na acção tal documento; e

sempre, mesmo na tese da ré - de total desconhecimento da acção -, sempre o podiam ter apresentado os co-réus intervenientes, sendo que esse documento não deixaria de aproveitar à sua defesa. E nessa perspectiva o prazo do recurso previsto na al. b) do art. 656º do CPC estará expirado.

Depois, não se percebe, se se mostrava decisivo, por que razão não foi esse documento junto aquando da intervenção dos outros réus, nomeadamente pelo réu *E*, enquanto alegadamente será um dos subscritores do documento.

7.4. Mas como estas interrogações não são de alguma forma concludentes, analise-se o documento.

Trata-se de um manuscrito - e daí, reconhece-se, não resulta juridicamente nenhum menor valor do documento -, só que, em termos de convicção probatória e vindo impugnada a sua veracidade pela parte contrária, não é despiciendo anotar que um documento que traduz tão importantes estipulações, ao arrepio das formalidades adoptadas na formulação de todos os outros contratos, tenha sido elaborado numa folha de hotel, ficando-se sem saber exactamente se efectivamente eles representam as partes ali identificadas como parte A e B. E se em relação à empresa *B*, como se observa de fls 15 dos autos de providência cautelar uma assinatura de um dos gerentes bastava, não obstante ser ilegível (pretende-se que seja o recorrido *F*) a que foi aposta no documento sob apreciação, já em relação à parte *B*, a empresa de Pequim, a *Yuan Ming*

Yuan Garden, ora recorrente na acção, como se apurou, eram os 4º, 5º e 6º RR. que em todo o processo negocial formavam a vontade dessa Sociedade.

Depois, como bem anotam os recorridos o citado documento apenas se refere aos bens e direitos de Pequim e não aos bens e direitos de Macau, objecto da restituição decretada pela sentença revidenda, ficando-se então sem saber qual a contrapartida do encargo de construção assumida pela **B** e sua repercussão no contrato anteriormente celebrado.

Acresce que a aposição de duas datas no documento é de difícil compreensão; uma possibilidade de interpretação - e não se vê outra - é que como as partes dizem que aquele acordo valerá quando for validado ou assinado por ambas; assim, o documento terá sido elaborado em 14/12/1995 e só veio a ser assinado pela outra parte ou validado em 14/12/98, altura em que a acção e providência já haviam entrado em Tribunal, não afectando os fundamentos que terão estado na base daquela propositura e vieram a constituir os fundamentos da sentença proferida.

Contrariamente ao que a recorrente afirma esse documento não foi aceite pelos recorridos que o impugnaram no art. 46 e segs. da resposta ao pedido de revisão e o consideraram falso.

7.5. Acresce ainda um argumento que afasta a credibilidade e a importância que se pretende que esse documento pudesse ter, na medida

em que, se era assim decisivo, fica por explicar por que razão não foi invocado quando a recorrente apresentou em 1998 a sua contestação em Beijing (fls. 761 e segs. da acção), não se percebendo por que alegou que a acção e restituição pedida violava o contrato de 12/9/94 (o que foi junto a fls. 85-96 da Providência apensa, isto é, o contrato dos autos relativo à permuta e obrigação da recorrente construir em Pequim e entregar aos recorridos até 30/Nov/95 sob pena de ser obrigada a restituir aos recorridos os bens de Macau que tinham sido objecto da troca), mas sim teria alegado a existência deste documento a modificar aquele em vez de ter invocado um excesso de valor da penhora em relação aos valores envolvidos no contrato que ora pretende modificar.

Não se vê, pois, que esse documento pudesse ter as virtualidades que se pretendem para dar um outro desfecho à acção.

8. Analisados os fundamentos invocados, em resumo, entende-se que é de improceder o presente recurso porquanto:

A Acção não correu à revelia da recorrente;

esta foi regularmente citada;

teve conhecimento da existência da acção durante a sua pendência e contestou em Pequim uma acção invocando a pendência da acção revidenda em Macau;

Os seus representantes legais, ainda que em nome pessoal, estiveram na acção e não a podiam ignorar;

O documento apresentado não tem a força e virtualidade para modificar o sentido da a sentença proferida naquela acção.

Nesta conformidade o recurso não deixará de improceder.

V – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

Macau, 8 de Março de 2007,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong